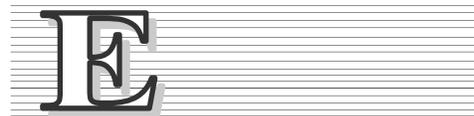




NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL



Distrito: Limitado
E/CEA-SA/ICSOE.XXX/2024/4
novembro de 2024

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA
GABINETE SUB-REGIONAL PARA A ÁFRICA AUSTRAL

**Trigésima reunião do Comité Intergovernamental de
Altos funcionários e Peritos da África Austral**

20 - 21 de novembro de 2024
Livingstone, Zâmbia

Relatório sobre o Trabalho do CEA na África Austral

Resumo

O presente relatório constitui um instrumento através do qual os Estados-Membros, através do IC SOE, avaliam a relevância do trabalho do SRO-SA do CEA e fornecem orientações para o futuro trabalho do CEA na sub-região. A este respeito, o relatório destaca as principais actividades programadas realizadas pelo CEA na África Austral e os resultados alcançados desde a última sessão do IC SOE, realizada em novembro de 2023. Também descreve os desafios encontrados e as lições aprendidas na implementação do programa de trabalho para o período em análise. O relatório apresenta igualmente o programa de trabalho para 2025.

O Comité é convidado a analisar e aprovar o relatório .

1. Introdução

1.1 Antecedentes e Autoridade Legislativa

1. A Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, tem por mandato fomentar o desenvolvimento económico e social dos seus Estados membros, promover a integração regional e fazer avançar a cooperação internacional para o desenvolvimento de África. No seu duplo papel de braço regional das Nações Unidas e de componente fundamental do panorama institucional africano, o CEA está mandatado para operar tanto a nível regional como sub-regional, a fim de aproveitar os recursos e de os fazer incidir sobre as prioridades de África. A Comissão tem cinco gabinetes sub-regionais (SRO) que servem as cinco regiões do continente, nomeadamente a África do Norte, Ocidental, Central, Oriental e Austral.

2. O Gabinete Sub-Regional para a África Austral (SRO-SA) abrange onze Estados membros, nomeadamente Angola, Botswana, Eswatini, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. Tal como acontece com os outros Escritórios Sub-Regionais, o SRO-SA deriva a sua direção e orientação programática de, e reporta ao Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE), constituído pela Resolução da Comissão 826 de 1977 e Resolução da Assembleia Geral 40/243, como uma plataforma principal para o envolvimento estratégico com os Estados Membros e outras partes interessadas em questões políticas e programáticas de prioridade para a sub-região. As recomendações e decisões de cada ICSOE são depois transmitidas à Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, do Planeamento e do Desenvolvimento Económico (CdM), que, por sua vez, apresenta relatórios ao Conselho Económico e Social e, em seguida, à Assembleia Geral das Nações Unidas.

1.2 Mandato e orientação estratégica

3. Em conformidade com a orientação estratégica do CEA, a SRO-SA foi designada como um centro de excelência para a promoção da industrialização inclusiva com o objetivo de fomentar o crescimento económico sustentável e reduzir a pobreza e a desigualdade na sub-região da África Austral através de: (i) reforçar a capacidade dos Estados membros, das Comunidades Económicas Regionais (CERs) e das Organizações Intergovernamentais (OIGs) para promover e desenvolver políticas de industrialização inclusiva, planos nacionais e regionais e quadros institucionais que estejam alinhados com os objetivos da Agenda 2063 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incorporados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; e (ii) reforçar a capacidade dos Estados membros e das CERs para conceber e implementar iniciativas sub-regionais destinadas a aprofundar a integração regional e reforçar as capacidades para alcançar a industrialização inclusiva para a redução da pobreza e da desigualdade na África Austral.

4. Para atingir o objetivo desta orientação estratégica, cada entidade do CEA, incluindo os seus SRO, segue um ciclo de programação anual baseado em questões de desenvolvimento actuais e emergentes e assente em agendas de desenvolvimento internacionais, regionais e sub-regionais para preparar um programa de trabalho anual. Isto implica investigação política; serviços de aconselhamento e prestação de apoio técnico aos Estados Membros, CERs, IGOs, sociedade civil e sector privado em torno de áreas temáticas chave, incluindo industrialização, integração regional e comércio, desenvolvimento do sector privado e desenvolvimento sustentável. Usando o seu poder de convocação, a SRO-SA promove a análise política, o diálogo político e a criação de consenso na abordagem dos desafios de desenvolvimento na África Austral.

1.3 Objectivos do relatório

5. O relatório destaca as principais actividades programáticas realizadas pelo CEA desde a última sessão do ICSOE, realizada em novembro de 2023 em formato híbrido, sob a orientação da Mesa, presidida pelo Governo do Botsuana. Destaca igualmente os resultados alcançados, os desafios encontrados e os ensinamentos retirados até à data da execução destas actividades. O relatório também fornece um resumo das principais iniciativas programadas para implementação em 2025. Serve como um instrumento através do qual os Estados Membros, através do ICSOE, avaliam a relevância do trabalho do SRO-SA e fornecem orientações para o futuro trabalho da CEA na África Austral.

2. Destaques das principais actividades realizadas

6. Em primeiro lugar, o relatório apresenta os destaques da última sessão do ICSOE, que teve lugar em novembro de 2023. Em seguida, são destacados os detalhes das principais intervenções implementadas e os resultados alcançados nas principais áreas temáticas do SRO-SA: industrialização inclusiva; integração regional e comércio; desenvolvimento do sector privado e das micro, pequenas e médias empresas (MPME); e planeamento e governação do desenvolvimento.

2.1 Sessão da 29ª Reunião Anual do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos da África Austral

7. A vigésima nona sessão do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos da África Austral, acolhida pelo Governo do Botsuana, realizou-se em Gaborone, em formato híbrido, nos dias 8 e 9 de novembro de 2023, sob o tema *"Acelerar a implementação do Acordo que cria a Zona de Comércio Livre Continental Africana para garantir o desenvolvimento inclusivo na África Austral: com base nos acordos de comércio livre das comunidades económicas regionais e aproveitar a tecnologia e a inovação para o desenvolvimento do sector privado e da cadeia de valor"*. Estiveram presentes delegações e participantes de Angola, Botswana, Eswatini, Lesoto,

Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué. Entre os delegados encontravam-se representantes dos ministérios e agências responsáveis pelas finanças, economia e planeamento; negócios estrangeiros; comércio, indústria e comércio; micro, pequenas e médias empresas; educação, ciência e tecnologia; trabalho; assuntos internos; bem como autoridades fiscais e bancos centrais. Outros participantes na sessão incluíram representantes de instituições académicas e de investigação; do sector privado e de organizações de cúpula do sector privado; do Escritório Regional da UA-África Austral; das CERs (COMESA e SADC); dos Conselhos Empresariais das CERs; do secretariado da Zona de Comércio Livre Continental Africana; do secretariado da União Aduaneira da África Austral; dos meios de comunicação social; de organizações da sociedade civil; de organizações não governamentais; de parceiros de desenvolvimento; e de entidades das Nações Unidas, incluindo a ONUDI; o PNUD; e os Gabinetes de Coordenação de Residentes das Nações Unidas.

8. O Ministro da Indústria e do Comércio do Botswana, Mmusi Kgafela, proferiu o discurso de abertura oficial da vigésima nona sessão do Comité Intergovernamental. Welcoming remarks were delivered by the UN Resident Coordinator of Botswana, Mr. Zia Choudhury; the Director of the Subregional Office for Southern Africa, Ms. Eunice Kamwendo who spoke on behalf of the Deputy Executive Secretary (Programme) of CEA, Ms. Hanan Morsy; the Director of Policy, Planning and Resources Mobilization of the secretariat of the Southern African Development Community (SADC), Mr. Mubita Luwabelwa, speaking on behalf of the Executive Secretary of SADC, Mr. Elias Mpedi Magosi; o Diretor do Comércio e das Alfândegas do secretariado da COMESA, Sr. Christopher Onyango, em nome da Secretária-Geral da COMESA, Sra. Chileshe Kapwepwe; o Representante Permanente da União Africana junto da COMESA e da SADC, Sr. David Claude Pierre; e o Presidente da Mesa da vigésima oitava sessão do ICSOE para a África Austral, e Secretário Permanente do Ministério da Indústria e do Comércio de Moçambique, Sr. Jorge Fernando Jairoce.

9. O Comité analisou três relatórios estatutários apresentados pelo secretariado: um relatório sobre as recentes condições económicas e sociais na África Austral; o relatório anual sobre o trabalho do CEA na África Austral; e um relatório sobre a implementação das agendas regionais e internacionais e outras iniciativas especiais na África Austral, centrado na concretização dos objectivos de desenvolvimento sustentável na África Austral: Perspectivas nacionais e regionais. thO Comité também discutiu as conclusões do relatório temático do ICSOE sobre a Aceleração da Implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) para o Desenvolvimento Inclusivo na África Austral, com base nas ZCL das CER e no Aproveitamento da Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento do Setor Privado e das Cadeias de Valor. O Comité aprovou as recomendações das três reuniões do grupo de peritos ad hoc sobre a Situação da Pobreza e da Desigualdade na África Austral; sobre o Aproveitamento da ZCLCA para a Redução da Pobreza e da Desigualdade na África

Austral; e sobre a Aceleração da Implementação do Acordo que Estabelece a ZCLCA na África Austral, com base no acervo das ZCL das CER.

10. O Comité apelou aos Estados membros, com o apoio dos parceiros, para, entre outros, desenvolverem e implementarem estratégias e políticas nacionais de industrialização verde que estejam alinhadas com os quadros regionais pertinentes e estabelecerem instituições adequadamente financiadas para supervisionar a implementação destas iniciativas verdes; criar e apoiar uma plataforma para que o sector privado, através de incentivos, parcerias público-privadas e outros mecanismos, invista em infra-estruturas de transportes e energia para reforçar as cadeias de valor, apoiar o desenvolvimento ecológico, fomentar o comércio regional e promover a industrialização; introduzir mecanismos e estratégias para tornar a agricultura resistente às alterações climáticas, a fim de reforçar a resiliência, manter a produtividade, combater a insegurança alimentar e a desigualdade e gerar empregos sustentáveis; O Comité das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Cooperação (CEA) apelou à CEA para que acelerasse a integração regional em geral, incluindo a implementação do acordo que estabelece a ZCLCA, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de estratégias e planos de ação nacionais relacionados; adoptasse e implementasse soluções aduaneiras automatizadas para facilitar a circulação de exportações e importações através das fronteiras nacionais e para criar a capacidade necessária para sustentar essas iniciativas; e desenvolvesse e implementasse, num processo totalmente inclusivo, políticas regionais harmonizadas sobre a eliminação de resíduos electrónicos, incluindo resíduos de tecnologias redundantes. Além disso, o Comité apelou à CEA para que aumentasse os esforços de mobilização de recursos internos para satisfazer as necessidades crescentes de apoio técnico dos Estados Membros para a industrialização; apoiasse a conceção e formulação de uma Estratégia e Plano de Implementação da ZCLCA Regional da SADC; e reforçasse e potenciasses a colaboração e parceria com várias partes interessadas.

2.2 Promover a industrialização inclusiva e verde economias

2.2.1 Apoiar o alinhamento e a harmonização das políticas industriais nacionais

11. Com o apoio técnico do CEA, o Governo do Lesoto formulou a sua Política Industrial Nacional (2024-2028), que sucede à Política Industrial Nacional do país (2015-2017). O processo de desenvolvimento da PNI sucessora teve em consideração as alterações no ambiente político operacional regional, incluindo o advento do Acordo da Zona de Comércio Livre Tripartida COMESA-EAC-SADC (TFTA) e da ZCLCA. Também assegurou o alinhamento com a Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC, dada a sua importância como um projeto de desenvolvimento industrial regional que visa promover a industrialização, aumentar a competitividade e aprofundar o crescimento económico através da transformação estrutural. A sucessora da Política Industrial Nacional do Lesoto foi validada em 19 de março de 2024.

12. Além disso, o Governo da Zâmbia, com o apoio técnico do CEA, validou, em 19 e 20 de junho de 2024, dois documentos de política industrial conexos, a revisão intercalar da política industrial nacional (2018-2027) e o plano de execução da política industrial nacional (PIN 2024-2027). A revisão intercalar verificou até que ponto a Política Industrial Nacional (PIN) foi implementada, analisando os resultados alcançados ao longo dos primeiros 5 anos de implementação da PIN (2018-2022), com bons progressos feitos em algumas metas de objectivos políticos com regressão noutras. Por exemplo, durante este período, o rácio de valor acrescentado do sector transformador do país passou de uma média de 26% em 2018 para 35% em 2022, indicando um aumento da eficiência e do nível de produtividade no sector. No entanto, outros parâmetros, como o valor acrescentado da indústria transformadora, registaram um declínio médio de 3,3 por cento, em contraste com o crescimento anual esperado de pelo menos 5 por cento; enquanto a contribuição do sector transformador para a produção bruta nacional total diminuiu de 16 por cento para 12 por cento, atribuindo principalmente os impactos adversos da COVID-19 no sector e sublinhando os desafios e vulnerabilidades significativos enfrentados pelo sector em tempos de crise. A revisão intercalar apresentou recomendações sobre a forma como o PIN poderia ser melhor alinhado com as estratégias de industrialização da SADC e da COMESA e implementado através do Plano de Implementação do PIN validado (2024-2027), para estimular o desenvolvimento industrial durante a "vida" restante da política industrial, incluindo a necessidade de desenvolver um quadro jurídico e regulamentar necessário e disposições institucionais adequadas para facilitar a implementação da Estratégia de Conteúdo Local do país; rever e aplicar o programa de atualização e modernização industrial; facilitar a integração da indústria das MPME, incluindo o sector transformador; assegurar ligações coerentes e o alinhamento da indústria com outras políticas sectoriais, tais como as infra-estruturas e a agricultura.

2.2.2 Promover o desenvolvimento de zonas económicas especiais e de cadeias de valor regionais

13. Como parte do apoio contínuo ao desenvolvimento da zona económica especial transfronteiriça (ZEE) sobre a iniciativa do Veículo Elétrico a Bateria (BEV) entre a RDC e a Zâmbia, a SRO-SA, em colaboração com o AFREXIMBANK e o Governo da Zâmbia, a CEA convocou um workshop para as partes interessadas e especialistas na Zâmbia (15-16 de abril de 2024), que analisou e validou o estudo de pré-viabilidade sobre o estabelecimento de uma ZEE BEV. Entre outras questões críticas, o estudo de pré-viabilidade demonstrou as imensas oportunidades que a ZEE prevista oferece aos dois Estados-Membros e às suas partes interessadas e identificou outras questões fundamentais a abordar, tais como a inclusão de incentivos baseados no solo e de direitos preferenciais para os promotores da ZEE e para as unidades ocupantes da ZEE; a inclusão de incentivos fiscais e não fiscais proporcionais à dimensão do investimento, como acontece nas ZEE bem sucedidas; a ligação

dos investimentos na ZEE à criação de emprego, ao grau de participação local (conteúdo local) e à transferência de tecnologia como forma de aprofundar os benefícios locais; e a criação de um ecossistema propício que inclua elementos-chave como a transferência de tecnologia e de competências; a inclusão das MPME ao longo da cadeia de valor das baterias na ZEE transfronteiriça, para acelerar a sua criação e operacionalização. As partes interessadas também propuseram a necessidade de desenvolver um plano de financiamento e estratégias de mobilização de recursos e de promoção do investimento. A avaliação dos enquadramentos políticos, legais e institucionais no relatório identificou áreas que requerem harmonização e alinhamento entre os dois países para criar condições harmonizadas para a ZEE transfronteiriça. Da mesma forma, uma avaliação comparativa dos esquemas de incentivo ao investimento nos dois países, comparados com as experiências de outros países, forneceu orientações sobre os ajustes necessários para o futuro. As partes interessadas validaram o projeto que foi posteriormente validado pelas partes interessadas na RDC. Os Termos de Referência para a seleção de um promotor/estrategista para levar por diante a iniciativa BEV estão atualmente a ser preparados com o apoio técnico do CEA e do AFREXIMBANK. Uma vez selecionado, o promotor/parceiro estratégico procederá a um estudo de viabilidade pormenorizado.

14. Além disso, o CEA apoiou os esforços em curso para mobilizar recursos para financiar um estudo de viabilidade pormenorizado sobre o desenvolvimento de outra ZEE transfronteiriça, o Parque Agroindustrial Comum (CAIP) entre a Zâmbia e o Zimbabué. Como parte do Grupo de Trabalho Técnico do CAIP, a Comissão, sob a liderança do COMESA, e com outros membros, incluindo a ONUDI, o BAD e funcionários técnicos dos dois países, convocou uma reunião em 10 de maio de 2024, que discutiu a mobilização de recursos (que tem sido um grande desafio) para o estudo de viabilidade detalhado, o estabelecimento de uma força-tarefa para liderar o desenvolvimento do projeto, actualizações sobre os locais propostos para o CAIP nos dois países, e concordou em organizar uma reunião maior envolvendo os Secretários Permanentes dos dois Estados membros para reenergizar o processo. Tanto a Zâmbia como o Zimbabué informaram ter contactado o AFREXIMBANK para obter apoio ao abrigo do MCEAnismo de Preparação de Projectos do Banco, estando as discussões sobre esta matéria ainda em curso. O BAD instou os dois países a explorarem também outras vias de financiamento, como os Fundos Fiduciários, sob os seus auspícios. O COMESA informou sobre um pedido de subvenção apresentado ao Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), que ainda aguarda a aprovação dos dois Estados membros. Quanto ao local do projeto, a reunião foi informada de que a Zâmbia selecionou o bloco agrícola de Musokotwane, no distrito fronteiriço de Kazungula. O Zimbabué também identificou explorações agrícolas na zona de Mashonaland West, ao longo da autoestrada Harare-Chirundu, como locais potenciais para a ZEE. O local da Zâmbia já dispõe de infra-estruturas essenciais, tais como estradas, linhas de caminho de ferro, ligação à rede nacional de eletricidade, acesso a massas de água, incluindo o rio Zambeze, e está próximo do Zimbabué. A reunião concordou com a

necessidade de aumentar a sensibilização sobre o CAIP para potenciais investidores, desenvolvendo uma estratégia de investimento e apresentando o projeto, incluindo no site da Agência Regional de Investimento do COMESA.

15. A Comissão continuou também a trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros da sub-região para reforçar a sua capacidade de formular estratégias de desenvolvimento das cadeias de valor regionais. Em resultado das amplas consultas realizadas até à data, foram identificadas cadeias de valor prioritárias para avaliação. Isto inclui o compromisso e o apoio em curso ao Governo do Botsuana, em colaboração com outros parceiros de desenvolvimento, principalmente o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), que visa desenvolver uma cadeia de valor regional competitiva para a carne de bovino com a participação de outros países africanos. O apoio proposto permitirá efetuar uma avaliação e um levantamento pormenorizados do sector da carne de bovino do Botsuana e proporá estratégias, incluindo um roteiro para o desenvolvimento de uma cadeia de valor regional integrada. Os principais elementos a abranger por esta iniciativa em curso incluirão uma análise situacional da situação do sector da carne de bovino do Botsuana; a situação dos serviços veterinários e o sistema de regulamentação da saúde animal; o sistema nacional e regional de segurança alimentar e de avaliação da conformidade (incluindo a inspeção e os testes); as infra-estruturas logísticas (incluindo os matadouros e as instalações da cadeia de frio); e os níveis de conformidade do sector privado e dos pequenos produtores de carne de bovino.

16. Além disso, a Comissão começou a prestar apoio técnico e serviços de aconselhamento aos governos do Lesoto e da Namíbia, com o objetivo de reforçar as capacidades dos dois países para formular um quadro de política automóvel para apoiar a integração da Namíbia e do Lesoto nas cadeias de valor regionais do sector automóvel na África Austral, em conformidade com a estratégia automóvel da ZCLCA, que defende a integração do mercado da cadeia de valor da indústria automóvel em toda a África. Até agora, os termos de referência foram preparados para orientar uma avaliação detalhada para o desenvolvimento do quadro de políticas, previsto para incluir elementos-chave como a harmonização da política interna e o alinhamento com o Protocolo da SADC sobre a Indústria para uma cadeia de valor automóvel integrada na África Austral; incentivos e requisitos-chave para o desenvolvimento de ZEEs automóveis para o alinhamento do sector automóvel com os modelos de ZEE da ZCLCA; e ligações empresariais para as MPMEs na cadeia de valor automóvel, incluindo programas de apoio ao desenvolvimento de capacidades e esquemas de apoio às capacidades produtivas das empresas.

17. O CEA começou a prestar assistência técnica ao Governo do Malawi, a pedido do Ministério do Comércio e da Indústria, com vista ao desenvolvimento de um quadro regulamentar e institucional abrangente para as ZEE, de acordo com a Lei das Zonas Económicas Especiais (Lei das ZEE), em consonância com a Política Industrial Nacional (PIN, 2024-2029). A PNI e a Lei das ZEE são importantes para o desenvolvimento coeso das ZEE como um dos instrumentos estratégicos de apoio à industrialização inclusiva para aumentar a produtividade, o valor

acrescentado, o desenvolvimento das exportações e a substituição das importações. Esta iniciativa está atualmente em curso, orientada por termos de referência que foram revistos e aprovados pelas principais instituições do Governo, nomeadamente o Ministério do Comércio e da Indústria e o Centro de Comércio e Investimento do Malawi, e espera-se que seja finalizada no início de 2025.

18. A CEA apoiou o Governo do Zimbabué na organização da Semana e Exposição da Industrialização da SADC, que foi organizada em colaboração com o Secretariado da SADC, a Confederação das Indústrias do Zimbabué e o Conselho Empresarial da SADC em Harare, de 28 de julho a 2 de agosto de 2024. O evento foi realizado sob o tema da 44th Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, *Promovendo a inovação para desbloquear oportunidades de crescimento económico sustentável e desenvolvimento para uma SADC industrializada*, que sublinhou o desejo da sub-região de ancorar o crescimento e o desenvolvimento na industrialização, adição de valor, beneficiamento e tecnologia e inovação. O evento contou com a participação de partes interessadas dos 16 Estados Membros da SADC, incluindo Ministros e altos funcionários do governo, sector privado, universidades, organizações da sociedade civil, organizações empresariais de mulheres e jovens, organizações regionais e internacionais e a ONU. No âmbito do programa do evento, o CEA organizou uma sessão de peritos sobre o *Apoio à Industrialização Inclusiva através de Zonas Económicas Especiais na África Austral*, a 31 de julho de 2024, centrada nas ZEE como instrumento de industrialização, e incluiu intervenções de membros do painel do Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul e Zimbabué, que partilharam as suas experiências e lições. A Comissão também organizou uma segunda sessão de peritos sobre *Cadeias de Valor Mineral e Transformação na Região da SADC: Oportunidades dos Minerais Críticos de Transição Energética (CETM)* a 1 de agosto de 2024, que explorou as oportunidades do sector emergente *dos CETM*, enfatizando a forma como os Estados membros poderiam desenvolver coletivamente estratégias que optimizassem os benefícios do atual boom. No final do evento, foi adoptada a Declaração da 7th Semana da Industrialização da SADC, que delineou as principais áreas prioritárias que requerem atenção e ação de todas as partes interessadas, incluindo os Estados-Membros, entre outras, finanças e investimento; mobilização da diáspora para o desenvolvimento regional; mobilização do investimento privado para o desenvolvimento de infra-estruturas; inovação; e promoção do desenvolvimento do sector das MPME e dos direitos de propriedade intelectual.

2.2.3 Apoiar a transição para economias verdes inclusivas

19. O CEA convocou um Diálogo Virtual de Políticas de Alto Nível, em 15 de fevereiro de 2024, que discutiu o tema do CEA COM2024 "Financiamento da Transição para Economias Verdes Inclusivas em África: Imperativos, Oportunidades e Opções Políticas". O diálogo político contou com a presença de mais de 70 participantes e os principais membros do painel incluíram representantes seniores do sector público e privado na África Austral, de organizações regionais/internacionais, do sector privado e da sociedade civil (incluindo o Secretário de Estado de Angola para a Ação Climática e Desenvolvimento

Sustentável; CEO, Conselho de Desenvolvimento Económico-Mauritius; CEO- Conselho de Promoção e Desenvolvimento do Investimento da Namíbia; Centro Africano para a Economia Verde; Ministério da Economia Verde e do Ambiente da Zâmbia e Programa das Nações Unidas para o Ambiente).O diálogo estimulou reflexões sobre o imperativo de a região da África Austral fazer a transição para economias verdes inclusivas e vias prioritárias para o fazer; e sobre as oportunidades e opções de financiamento para acelerar a transição para economias verdes inclusivas na África Austral. O diálogo também criou uma dinâmica para a participação na Conferência de Ministros realizada de 28 de fevereiro a 5 de março de 2024, em Victoria Falls, Zimbabué.

20. Além disso, a Comissão, em colaboração com o PNUD (Maurícia e Seicheles), implementou uma iniciativa no âmbito do projeto do Fundo Conjunto dos ODS sobre "Contribuir para criar um ambiente propício à promoção de uma economia verde e azul sustentável na Maurícia e nas Seicheles". A iniciativa consiste em apoiar o Governo da Maurícia na criação de um portal de informação empresarial sobre tecnologias de energias renováveis, com o objetivo de facilitar o acesso dos investidores a dados sobre energias renováveis no país. O portal foi desenvolvido através de um amplo processo de consulta das partes interessadas e espera-se que seja alojado no sítio Web do Centro Online do Governo. O portal é uma prioridade nacional para o Governo da Maurícia como parte do seu objetivo global de política de desenvolvimento para atingir 60% da produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis até 2030.

2.3 Apoiar a diversificação económica através do desenvolvimento do sector privado

21. No âmbito do projeto da Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas 13th Tranche sobre "Abordagens inovadoras para a competitividade das MPME a fim de promover o comércio e a industrialização inclusiva na África Austral", o CEA apoiou 6 Estados membros através da realização de workshops virtuais de formação em matéria de reforço das capacidades das MPME (no Malawi, nas Maurícias, em Moçambique, na Namíbia, na África do Sul e na Zâmbia), em colaboração com as organizações dos sectores público e privado, incluindo câmaras de comércio e associações empresariais. As sessões de formação virtual intituladas "Impulsionar o crescimento e a competitividade das MPMEs através da tecnologia e da inovação" reforçaram as capacidades das MPMEs participantes para alcançar os resultados pretendidos, incluindo a possibilidade de utilizarem ou adotarem pelo menos uma ferramenta de business intelligence que optimize os seus processos; equipando-as para desenvolverem e implementarem diferentes estratégias de inovação que aumentem a sua competitividade e reforcem o seu crescimento, e para as MPMEs utilizarem na prática o design thinking e outros conjuntos de ferramentas de enquadramento da inovação para desenvolverem novos produtos e serviços prontos para o mercado que aumentem a sua quota de mercado. Os materiais de formação foram apresentados através de um conjunto de vídeos

e consistiram em 5 sessões semanais para cada país. A formação foi ministrada durante um período de cinco semanas, de 13 de maio a 10 de junho de 2024. No total, 126 MPMEs participaram e concluíram o curso, das quais 40% eram mulheres empresárias. Os participantes expressaram em linha a sua satisfação com a qualidade e a utilidade do programa de formação. Um seminário de avaliação de acompanhamento, realizado virtualmente em 10 de setembro de 2024, indicou um aumento dos conhecimentos e das competências das MPME que participaram no curso de formação em linha, bem como a sua adoção do design thinking e de outros conjuntos de ferramentas de inovação para desenvolver novos produtos e serviços prontos para o mercado e adotar ferramentas de business intelligence para otimizar os seus processos e operações, a fim de aumentar a sua competitividade.

22. Além disso, a Comissão organizou, em colaboração com a CNUCED, e sob a égide do Ministério das Finanças e do Planeamento Nacional da Zâmbia, um seminário de quatro dias de reforço das capacidades para a Zâmbia (de 12 a 16 de fevereiro de 2024) sobre parcerias público-privadas (PPP), seguido de uma reunião do Conselho Ministerial de Alto Nível sobre PPP, em que participaram três ministros responsáveis pelas finanças e pelo planeamento nacional, pelos transportes e pela logística e pelas infra-estruturas. O workshop, realizado no âmbito do projeto da Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas 13th Tranche "*Quadro de Financiamento Nacional Integrado da Zâmbia (INFF) para o Desenvolvimento Sustentável*", aumentou a sensibilização e construiu conhecimentos técnicos entre as principais partes interessadas e agências relativamente às PPP e ao seu desenvolvimento sustentável na Zâmbia, e reforçou ainda mais a capacidade institucional das agências governamentais em matéria de PPP. No total, 56 participantes de 24 instituições assistiram ao workshop, 21 mulheres (38%) e 35 homens (62%). A maioria dos participantes era do Ministério das Finanças e do Planeamento Nacional (28), incluindo os funcionários do Gabinete de PPP. No final do workshop, foi pedido aos participantes que preenchessem um formulário de avaliação. No total, 43 dos 56 participantes responderam (77%). No final do seminário, 88% dos inquiridos no inquérito administrado declararam que estavam "altamente", "muito altamente" ou "totalmente" satisfeitos com o facto de o seminário os ter dotado de conhecimentos técnicos sobre PPP sustentáveis. Os conhecimentos e competências adquiridos no workshop de formação permitirão aos altos funcionários do governo desenvolver e entregar projectos de PPP bem preparados e financiáveis, mas também ambiental e socialmente sustentáveis.

23. O CEA está também a apoiar o Governo da Zâmbia, no âmbito do mesmo projeto DA INFF, a desenvolver dois instrumentos políticos, um Manual de Políticas sobre Mobilização de Recursos Internos para a Zâmbia, que já foi concluído, e um Manual sobre Financiamento Inovador para a Industrialização e o Desenvolvimento do Setor Privado na Zâmbia, que deverá estar concluído até ao final de 2024. As versões preliminares do Manual de Políticas e do relatório inicial do Manual foram apresentadas e discutidas num diálogo organizado

pelo CEA e pelo Ministério das Finanças e do Planeamento Nacional e realizado em 13 de junho de 2024, em Lusaca. O diálogo contou com a presença de participantes de um vasto leque de instituições, tanto do sector público como do privado, e de organizações internacionais e regionais.

2.4 Reforçar o comércio intra-regional através da ZCLCA na África Austral

24. Com o apoio técnico do CEA, o Governo do Essuatíni lançou oficialmente a sua Estratégia Nacional da ZCLCA em 7 de março de 2024, em Ezulwini, pela Ministra Interina do Comércio, Indústria e Comércio, Tambo Gina. A Estratégia Nacional da ZCLCA, formulada anteriormente com o apoio técnico da Comissão, está estruturada em torno de sete objectivos estratégicos e complementa um quadro de desenvolvimento mais amplo em relação ao ambiente da política comercial do Essuatíni e procura impulsionar o país sem litoral no sentido de aumentar a sua base de produção local, o sector dos serviços e a orientação para a exportação. A abordagem inclusiva e participativa, durante a sua formulação, com a participação ativa e os contributos das partes interessadas provenientes dos sectores público e privado, da legislatura, dos intervenientes não estatais e de outras organizações não governamentais, assegurou que a Estratégia é propriedade nacional e reflecte os pontos de vista, as preocupações, as expectativas e as aspirações de um vasto leque de partes interessadas. O subsequente lançamento oficial da Estratégia da ZCLCA abriu caminho para o início da sua implementação.

25. Além disso, o CEA continuou a prestar apoio técnico ao Governo do Botswana nos esforços em curso para desenvolver a sua estratégia nacional de ZCLCA através de um processo de consulta alargado. Estão também a ser envidados esforços para apoiar o Governo de Angola na formulação da sua estratégia nacional para a ZCLCA. Além disso, o CEA, em parceria com o PNUD, está a apoiar o Governo do Lesoto na elaboração do seu plano de ação nacional para a ZCLCA, com base na política comercial nacional e na política de exportação nacional do país.

26. A Comissão também organizou um seminário nacional de formação de cinco dias sobre "Análise da Política Comercial, Acordos Comerciais e Negociações Comerciais", de 27 a 31 de maio, em Lusaca, na Zâmbia. Esta ação foi realizada em colaboração com o Secretariado da Commonwealth, a GIZ e sob a égide do Ministério do Comércio, do Comércio e da Indústria (MCTI) da Zâmbia. O workshop de formação contou com a presença de 54 participantes dos sectores público e privado (59% homens e 41% mulheres). O seminário reforçou a base de conhecimentos dos funcionários do MCTI e de um vasto leque de outros participantes em matéria de teoria e análise do comércio internacional, aumentou a sua sensibilização para as negociações e acordos comerciais regionais e globais e aprofundou a sua compreensão do cumprimento e da utilização dos acordos comerciais. O

seminário foi facilitado por um vasto leque de peritos em comércio da CEA (SROSA e ATPC), do Secretariado da Commonwealth, da GIZ, do Secretariado da SADC, da TRALAC, da Universidade da Zâmbia e do MCTI. Várias organizações internacionais também informaram os participantes sobre o seu trabalho no domínio do comércio e da integração regional na Zâmbia e em África, nomeadamente a UNCTAD, a CUTS International, a COMESA e o Banco Mundial-Zâmbia. O programa de formação foi realizado com êxito e, como tal, 82% dos participantes classificaram o seminário como "Muito bom" e outros 12% como "Bom".

27. Além disso, o CEA, em colaboração com o Secretariado da ZCLCA e o TRALAC, apoiou o Graça Machel Trust e melhorou os conhecimentos de 50 empresárias (MPME) da África do Sul através da realização de uma formação de reforço das capacidades sobre o comércio no âmbito da ZCLCA, realizada em 18-19 de julho de 2024 em Joanesburgo. O curso de formação, que foi convocado pelo Graça Machel Trust como parte de sua bandeira "Programa Mulheres Criando Riqueza", incluiu o aprimoramento do conhecimento das empresárias sobre o comércio sob a Iniciativa de Comércio Guiado e os protocolos da AfCFTA sobre comércio digital e mulheres; e sobre instrumentos para operacionalizar a AfCFTA. A Graça Machel Trust, a SROSA e a TRALAC irão ministrar mais acções de formação em linha, visando um total de 500 mulheres empresárias de toda a África Austral.

28. Na sequência da formulação e do subsequente lançamento da sua Estratégia Nacional da ZCLCA, desenvolvida anteriormente com o apoio técnico e os serviços de consultoria do CEA, o Governo do Malawi lançou várias iniciativas em 2024, com vista à implementação da Estratégia. Por exemplo, o Governo iniciou o processo de adesão à Iniciativa Comercial Orientada (GTI) da ZCLCA, trabalhando em estreita colaboração com o Secretariado da ZCLCA desde a visita deste último, em março de 2024, para avaliar o grau de preparação do país. O país também iniciou os trabalhos preliminares sobre a Greening the National AfCFTA Strategy com o projeto de "Suplemento Verde" para a cadeia de valor do algodão desenvolvido, que foi revisto num workshop coorganizado pelo Ministério do Comércio e Indústria em 10-11 de setembro de 2024, durante o qual as partes interessadas do sector privado e público forneceram contributos valiosos para o projeto de Estratégia Verde, que deverá ser finalizado até dezembro de 2024. No âmbito do mesmo projeto, financiado pela DANIDA, foi realizado um workshop de validação em Lusaka, de 8 a 9 de outubro de 2024, para discutir o Suplemento Verde à Estratégia Nacional AfCFTA para a Zâmbia, centrado nas cadeias de valor do algodão e dos têxteis e da madeira e da madeira. Além disso, realizou-se em Harare, de 13 a 14 de novembro de 2024, um seminário de validação que analisou o "Suplemento Verde à Estratégia Nacional da ZCLCA para o Zimbabué", centrado nas cadeias de valor da madeira e do papel e das plantas oleaginosas, sementes e frutos. Além disso, em agosto de 2024, o Malawi também deu início aos trabalhos sobre o Comércio Digital Inovador no âmbito da ZCLCA para promover a segurança alimentar e as cadeias de valor agrícola em África, um projeto da Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas destinado a enfrentar os desafios da insegurança alimentar, os elevados preços dos alimentos e os mCEAnismos ineficientes

de distribuição de alimentos em países-alvo, alavancando as tecnologias digitais e as oportunidades apresentadas no âmbito da ZCLCA. O Malawi é um dos seis países beneficiários, incluindo Moçambique, do projeto liderado pelo Gabinete Sub-Regional do CEA para a África Oriental.

29. No âmbito do projeto "Reforço das Capacidades em Estatísticas do Comércio de Serviços para os Estados Membros da África Austral", o CEA organizou um workshop de reforço de capacidades sobre comércio de serviços e medição do comércio transfronteiriço informal para o Governo de Moçambique, realizado em Maputo em dezembro, em colaboração com o secretariado da SADC. O objetivo do workshop, realizado sob a égide do Ministério da Indústria e do Comércio, era reforçar as capacidades dos funcionários do governo (Ministério da Indústria e do Comércio, Banco Central, Alfândegas, Instituto Nacional de Estatística e outras partes interessadas) nas áreas do comércio de serviços e do comércio transfronteiriço informal (TCI), tanto do ponto de vista da elaboração de políticas como das medições estatísticas. O workshop resultou numa melhor compreensão da interface entre o Protocolo da SADC sobre o Comércio de Serviços e o Protocolo da ZCLCA e a contribuição do ICBT no contexto da promoção do comércio regional. Outras competências adquiridas pelos participantes incluíram a utilização de estatísticas do comércio de mercadorias, quadros estatísticos para relatórios comerciais; harmonização das estatísticas comerciais entre as partes interessadas; utilização de estatísticas do comércio de serviços em conformidade com o IMTS 2010; medição da ICBT; procedimentos formais de compilação de dados comerciais; e utilização do software Eurotrace. Esta iniciativa complementa o apoio que a Comissão prestou a Moçambique para finalizar a sua estratégia nacional da ZCLCA e o estudo que avaliou as implicações da ZCLCA em Moçambique em 2023. O CEA também prestou aconselhamento político sobre a forma como Moçambique se pode posicionar para tirar partido dos compromissos em matéria de comércio de serviços incluídos noutras negociações comerciais, como no âmbito da ZCLCA e da SADC, para aumentar a sua quota no comércio infra-africano e reforçar a competitividade do seu sector de serviços.

30. A nível sub-regional, o CEA contribuiu para o workshop consultivo que se realizou de 30 de setembro a 3 de outubro de 2024 em Joanesburgo, que visava envolver as principais partes interessadas na definição da Estratégia Regional para a Implementação da ZCLCA, que está a ser desenvolvida pelo Secretariado da SADC, para garantir que reflecte diversas perspectivas em toda a região. O workshop também procurou recolher contributos dos Estados Membros, do sector privado, da sociedade civil e de outras partes interessadas; identificou as principais prioridades e desafios para a implementação da ZCLCA na região da SADC. Com base na discussão, foi proposto e subsequentemente decidido que a Estratégia em desenvolvimento fosse renomeada como Plano de Coordenação da ZCLCA da SADC para enfatizar a necessidade de uma melhor coordenação entre os Estados Membros da SADC para aumentar a eficácia da implementação dos acordos comerciais regionais. Além disso, o CEA, em estreita colaboração com o Conselho Empresarial da SADC, continuou a prestar apoio técnico para o desenvolvimento de uma Plataforma de Comércio e Investimento Online da SADC. Uma vez concluída, a plataforma servirá

de espaço digital para a partilha de informações com vista a promover o comércio e o investimento na região da SADC.

2.5 Planeamento e governação do desenvolvimento e outras iniciativas de desenvolvimento na África Austral

31. A Comissão continuou a prestar apoio à Plataforma das Entidades Nacionais de Planeamento (ENP) da SADC, um fórum criado para promover a cooperação em matéria de planeamento integrado do desenvolvimento entre os ministérios, comissões ou agências responsáveis pelo planeamento do desenvolvimento nacional dos Estados membros da região da SADC. Durante o período em análise, o CEA prestou apoio técnico através do Secretariado da SADC para desenvolver um portal em linha para a Plataforma das ENP da SADC, cuja conceção foi concluída, para ser utilizado pelas ENP na partilha de conhecimentos, informações, lições e melhores práticas para permitir o planeamento do desenvolvimento, facilitar a integração de objectivos e compromissos regionais, continentais e globais, tais como a Visão 2050 da SADC, a Agenda 2030, a Agenda 2063 e a Agenda 2030 para aumentar a coerência com os planos de desenvolvimento nacionais e reforçar as ligações regionais-nacionais. Enquanto comunidade de prática para os responsáveis pelo planeamento do desenvolvimento e outras partes interessadas, o Portal em linha é uma ferramenta digital com funcionalidade de arquivamento e recuperação multimédia para a partilha de dados e informações sobre prioridades de desenvolvimento e questões emergentes de interesse comum na região da SADC. Além disso, o CEA, em colaboração com o Secretariado da SADC, organizou um seminário de formação em matéria de reforço das capacidades, de 16 a 18 de outubro de 2024, em Joanesburgo, através do qual 16 funcionários (administradores, planificadores e outros utilizadores técnicos) das ENP dos 16 Estados membros da SADC e 2 funcionários do Secretariado da SADC foram dotados de conhecimentos técnicos e competências sobre como utilizar a ferramenta digital para melhorar o planeamento do desenvolvimento integrado. A Plataforma Online das ENP da SADC, desenvolvida pela CEA, foi apresentada com os participantes capacitados para preencher informações e documentos das suas respectivas ENP utilizando os conhecimentos, competências e ferramentas da formação.

32. O CEA recebeu pedidos separados de apoio técnico dos Governos da Zâmbia e do Malawi para a revisão e formulação de quadros de política de diplomacia económica no âmbito das respectivas políticas externas. Por exemplo, o Governo da Zâmbia procura desenvolver a sua estratégia de diplomacia económica que permita ao país reforçar a sua capacidade de impulsionar o comércio regional e internacional e atrair investimentos para o desenvolvimento sustentável através do aproveitamento do capital privado para o desenvolvimento, posicionando-se para beneficiar de instrumentos financeiros adequados; e procurando parcerias eficazes com parceiros locais e internacionais ancoradas na visão do Plano Nacional de Desenvolvimento do país 8th. Por outro lado, o Malawi pretende rever a sua política externa e o seu plano estratégico com vista à

realização do programa Malavi 2063, que constitui um instrumento estratégico para o país realizar os seus objectivos nos domínios da agricultura, do turismo e da exploração mineira. Prevê-se igualmente que a nova política se centre no desenvolvimento nacional a longo prazo, incluindo meios inovadores para atrair o financiamento do desenvolvimento internacional e nacional e oportunidades de investimento. A este respeito, o CEA iniciou consultas com os respectivos ministérios dos Negócios Estrangeiros, bem como com outros parceiros a nível nacional, a fim de dar início ao processo de prestação de apoio técnico aos dois países, cuja prestação está em curso e continuará no início de 2025.

33. A Comissão tem vindo a prestar apoio ao reforço das capacidades do Governo da Namíbia, no desenvolvimento das Contas Satélites do Turismo (CST), com o objetivo de melhorar as estatísticas do turismo do país para apoiar a conceção de políticas e o desenvolvimento do sector. O apoio técnico implicou o reforço das capacidades de recolha de dados sistemáticos, exactos e oportunos, e a CST proporciona um mecanismo de compilação de um conjunto abrangente de estatísticas do turismo fora do quadro convencional da contabilidade nacional. Ao reforçar a capacidade nacional de desenvolvimento e implementação da CST, o apoio técnico ao Governo irá subsequentemente melhorar a formulação de políticas, a tomada de decisões e a afetação de recursos para o desenvolvimento sustentável do turismo na Namíbia. O apoio técnico do CEA ao Governo foi prestado através de uma série de workshops de formação para funcionários, compostos por representantes de todos os intervenientes relevantes no sector do turismo do país. O quadro da CST, cuja formulação foi entretanto concluída, através da colaboração entre a SRO-SA e a SRO-EA do CEA, foi lançado para implementação pelo Ministro do Ambiente, das Florestas e do Turismo, Pohamba Shifeta, em 8 de fevereiro de 2024, em Windhoek, na Namíbia. O quadro da CST mede a contribuição económica direta do turismo para a economia do país, em apoio aos esforços destinados a impulsionar o investimento no sector, que contribui significativamente para o produto interno bruto (PIB) do país. Recolhe estatísticas exaustivas para informar a tomada de decisões e o planeamento estratégico do sector do turismo.

3 Desafios e lições

34. Um dos desafios enfrentados é o atraso na implementação das intervenções, principalmente devido às diferenças nos horizontes de planeamento dos Estados-Membros, das CER e de outros parceiros. Como lição, aprendeu-se que o envolvimento contínuo e precoce com os Estados-Membros e os parceiros nas intervenções é fundamental para garantir a sua implementação atempada, bem como o alinhamento e a coerência das prioridades dessas iniciativas. Assim, o SRO-SA do CEA reforçará a divulgação, o envolvimento e a comunicação estratégica, incluindo diálogos políticos específicos, como forma de facilitar a adoção das recomendações políticas resultantes da investigação política e dos estudos analíticos.

35. Furthermore, SRO-SA faced the challenge of electricity outages which affected the operations of the Office, including interruptions of internet connectivity. This is because of the

electricity generation deficit being experienced by the host country and other countries in the subregion that depend on hydro electricity generation that has brought about by the drought that affected Southern Africa. Uma das principais lições aprendidas foi que a diversificação das fontes e do fornecimento de energia é uma forma importante de melhorar a crise de eletricidade. Consequentemente, o Gabinete efectuou uma avaliação das necessidades de instalação de um sistema solar de fornecimento de energia verde fora da rede, como reserva nas instalações do gabinete.

36. Além disso, a diminuição dos recursos financeiros com que o sistema das Nações Unidas se confronta continua a ter um impacto negativo na prestação de apoio aos Estados Membros, especialmente na resposta aos crescentes pedidos de apoio. Como lição, o CEA continuará a reforçar as parcerias com as CER, as OIG e outros parceiros de desenvolvimento, incluindo outras entidades das Nações Unidas a nível sub-regional e nacional, a fim de facilitar a criação de sinergias e de tirar partido dos conhecimentos especializados disponíveis e dos recursos financeiros limitados disponíveis para obter o máximo impacto das intervenções de desenvolvimento.

4 Destaques do Programa de Trabalho para 2025

37. A SRO-SA foi designada como o Centro de Excelência da CEA para a Industrialização Inclusiva, cujo objetivo a longo prazo é *aprofundar a integração regional e reforçar as capacidades para alcançar a industrialização inclusiva para a redução da pobreza e da desigualdade na África Austral*. A este respeito, o Programa de Trabalho proposto pelo CEA para a África Austral em 2025 centrar-se-á principalmente no reforço das capacidades dos Estados Membros, das CER e das OIG para formular e implementar políticas, estratégias e programas destinados a aprofundar a integração regional e a acelerar a industrialização e o comércio inclusivos através da ZCLCA e das ZCL das CER e do apoio a iniciativas sobre o desenvolvimento do sector privado/das MPME para a redução da pobreza e da desigualdade. Isto será feito através de estudos de políticas analíticas, convocação de diálogos políticos e fóruns de criação de consenso, prestação de serviços de aconselhamento e apoio técnico aos Estados Membros, CERs e OIGs, ao mesmo tempo que se aproveitam as parcerias a nível regional e nacional.

38. Além disso, a Comissão continuará a reforçar as capacidades dos Estados-Membros e do sector privado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, bem como para aumentar as capacidades produtivas, tendo em conta a situação de carência de recursos energéticos na região e o impacto das alterações climáticas em sectores fundamentais.

39. As principais iniciativas e resultados programados para 2025 são apresentados no *quadro 1* infra:

Quadro 1: Resumo dos principais resultados para 2025

OBJECTIVO: Aprofundar a integração regional e reforçar as capacidades para alcançar uma industrialização inclusiva com vista à redução da pobreza e da desigualdade na África Austral	
Categoria	Principais iniciativas/produtos programados
(a) Serviço de reuniões intergovernamentais obrigatórias	<p><i>1. Sessão do ICSOE para a África Austral</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatório sobre as principais condições económicas e sociais na África Austral e perspectivas - Relatório sobre os trabalhos do CEA na África Austral - Relatório de progresso: agendas regionais e internacionais e iniciativas especiais na África Austral
(b) Estudos de política analítica e reuniões de grupos de peritos ad hoc	<p><i>2. Estudos políticos e reuniões de grupos de peritos ad hoc</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Industrialização na África Austral - Integração regional na África Austral - A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da redução da pobreza na África Austral
(c) Geração e transferência de conhecimentos	<p><i>3. Programa de bolsas de estudo para jovens economistas africanos</i></p> <p><i>4. Operacionalização da Base de Dados de Industrialização Inclusiva, informando documentos e resumos de questões para transferência de conhecimento e sensibilização.</i></p>
(d) Seminários e workshops	<p><i>4. Workshops e fóruns</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Seminário sobre a transição energética na África Austral - Workshop sobre o desenvolvimento económico e social na África Austral
(e) Apoio técnico e serviços de consultoria	<p><i>5. Serviços de consultoria aos Estados-Membros e às CER e cooperação técnica</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e apoiar a implementação de estratégias nacionais da ZCLCA - Promover o desenvolvimento de zonas económicas especiais nacionais e transfronteiriças, incluindo o Parque Agro-Industrial Comum entre a Zâmbia e o Zimbabué; a iniciativa de baterias eléctricas entre a República Democrática do Congo e a Zâmbia; e apoiar o Malawi no desenvolvimento do seu quadro regulamentar e institucional para as suas zonas económicas especiais - Apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor regionais (incluindo as cadeias de valor da carne de bovino e do sector automóvel já identificadas) - Desenvolvimento do sector privado/PME - Reforço da governação e do planeamento do desenvolvimento, incluindo o trabalho em curso para ajudar o Malawi e a Zâmbia a desenvolverem os seus quadros de diplomacia económica - Outros, a pedido dos Estados-Membros, das CER e das OIG
(f) Diálogo político e criação de consensos	<p><i>6. Diálogo político e criação de consensos</i></p>

	<ul style="list-style-type: none">- Resumo da política sobre industrialização e transformação económica na África Austral- Diálogo político sobre o desenvolvimento económico na África Austral
(g) Projectos da Conta de Desenvolvimento da ONU (AD)	<i>9. Conta das Nações Unidas para o Desenvolvimento 17th Tranche Project (2025-2028): Ação Climática Inovadora para Acelerar a Industrialização Verde e Inclusiva na Região da África Austral</i>

40. O Comité é convidado a analisar e aprovar o relatório.